

***Begriffsgeschichte*: a história dos conceitos aplicada na teoria do romance histórico lukacsiano**

Eduardo Ortiz*

Resumo: Busco neste artigo examinar, com o enfoque metodológico voltado na *Begriffsgeschichte*, a história dos conceitos, a teoria do romance histórico lukácsiano. A *Begriffsgeschichte* é fruto direto do impacto epistemológico do movimento que ficou conhecido como *linguistic turn*, e procura analisar as questões relacionadas à linguagem e à história, sobretudo, os seus conceitos, que sofrem ressignificações no transcorrer do tempo. Por sua vez, o romance histórico teorizado por György Lukács é uma corrente histórico-literária que aborda os grandes eventos históricos e procura apresentar ao leitor que destinos individuais estão conectados de forma direta com o coletivo, propiciando uma nova percepção da história nacional. Tendo em vista que os principais conceitos que giram em torno da teoria de Lukács são "ideologia" e "revolução", irei analisá-los com intuito de compreender melhor a sua utilização na obra *O romance histórico*.

Palavras-chave: *Begriffsgeschichte*, György Lukács, romance histórico, ideologia, revolução.

***Begriffsgeschichte*: the conceptual history applied in the theory of lukacsian historical novel**

Abstract: In this article I analyze, with the methodological approach focused on the *Begriffsgeschichte*, the History of concepts, the theory of the Lukácsian historical novel. The *Begriffsgeschichte* is a direct result of the epistemological impact of the movement known as linguistic turn, and seeks to analyze the issues related to language and history, especially its concepts, that suffer ressignificances in the course of time. On the other hand, the historical novel theorized by György Lukács is a historical-literary current that approaches the great historical events and tries to present to the reader that individual destinies are connected of direct form with the collective, propitiating a new perception of the national history. In view of the fact that the main concepts revolving around Lukacs's theory are "ideology" and "revolution", I will analyze them in order to better understand their proper use in the work *The Historical novel*.

Keywords: *Begriffsgeschichte*, György Lukács, historical novel, ideology, revolution.

* Licenciado em História pela Universidade de Caxias do Sul, mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela mesma instituição, doutorando do programa de Pós-Graduação em História na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisa desenvolvida com financiamento da CAPES. E-mail para contato: eduardo.ortiz.001@acad.pucrs.br.

Considerações acerca da *Begriffsgeschichte*

Visto as possibilidades de se pensar a história com o surgimento da *Begriffsgeschichte*, efeito direto do movimento denominado como *linguistic turn*¹, podemos refletir o modo com que as questões linguísticas afetam diretamente o texto historiográfico, sobretudo, por meio dos conceitos nele empregado e, conseqüentemente, o seu significado ao longo do tempo. Essa mudança semântica é atribuída a vários fatores, entre os principais, se sobrepõem o contexto sócio-histórico em que os conceitos foram produzidos, ou então, introduzidos em dado texto, e a intencionalidade de sua inserção em determinado momento político.

Reinhart Koselleck, um dos principais teóricos dessa corrente, atenta para o fato de que “uma palavra torna-se um conceito quando a plenitude de um contexto político-social de significados e de experiência no e para o qual uma palavra é usada pode ser nela condensada” (Koselleck, 1985: 84). Dessa maneira podemos compreender que os conceitos, no decorrer do tempo, passam a agregar em si uma constelação de entendimentos, acumulando inúmeros significados substanciais, os quais, em alguns casos, podem ser até mesmo ambíguos conforme o momento de sua produção. Sendo assim, para que esses conceitos sejam corretamente entendidos e analisados pelo historiador, faz-se necessário compreender o contexto sócio-histórico de sua elaboração, apropriação e utilização. Dentro dessa conjuntura podemos também compreender a diferença substancial entre a palavra e o conceito. Enquanto uma palavra pode ser usada em um texto de forma não-ambígua, por não constituir-se com significados de experiências, o conceito já não pode, justamente por carregar consigo tais experiências, ou, de maneira resumida, nas palavras de Jasmin e Feres, “todo conceito político e social está associado a uma palavra, mas nem toda palavra é um conceito social ou político.” (Jasmin, Feres, 2006: 24).

¹ Denomina-se como *linguistic turn* (ou, em português, virada linguística), o importante movimento de desenvolvimento da filosofia ocidental ocorrido durante o século XX, que possuiu como principal característica o estabelecimento de relação entre as humanidades, em especial a filosofia, com a linguagem.

Para Koselleck (1994: 9), existem duas formulações no que diz respeito à mudança semântica de um conceito. A primeira delas, que compreende a mudança conceitual e a realidade histórica, foi apresentada em uma conferência em 1991, e é baseada no modelo elaborado por Heiner Schultz, em 1979, quando esse autor observa a mudança na ótica das relações mais brutas entre os conceitos e as realidades, pressupondo que exista de um lado um estado próprio das coisas e, de outro, um conceito que abrange esse estado. Dentro dessa perspectiva, quatro situações são plausíveis. De modo sintético, a primeira delas concebe que o estado das coisas, assim como o conceito, permanece estável no decorrer de um determinado período histórico. A segunda situação pressupõe que o conceito, assim como a realidade, tende a se transformar de maneira simultânea. A terceira conjuntura alega que os conceitos se alteram sem que exista uma mudança sincrônica da realidade. A quarta e última circunstância expõe que há mudança no estado das coisas, mas o conceito mantém-se o mesmo.

Nas obras de Koselleck, é explícito o caráter heurístico dessa formulação esquemática, uma vez que a relação entre linguagem e história é aplicada de maneira bem mais complexa, dado que as relação entre conceito e a realidade social e política, bem com entre dogmata e pragmata, não são simplesmente separadas como meras oposições de sentido. Dessa maneira, o autor afirma que

enquanto os conceitos tem capacidades políticas e sociais, sua função e performance semânticas não são unicamente derivadas das circunstâncias sociais e políticas às quais eles se referem. Um conceito não é simplesmente indicativo das relações que ele cobre, é também um fator dentro delas. Cada conceito estabelece um horizonte particular para a experiência potencial e a teoria concebível e, nesse sentido, estabelece um limite (Koselleck, 1985: 84).

Sendo assim, para Koselleck, a história deve postular aspectos extralinguísticos da experiência histórica e, da mesma forma, reconhecer que mudanças de estrutura, sobretudo de longo prazo, não são identificadas ou explicadas por meio de teorias do discurso que eliminem a referência como algo fora do sistema de signos que constituem a linguagem.

A segunda formulação de Koselleck compreende três fatores: a mudança conceitual, a continuidade semântica e a estrutura temporal dos conceitos. Essa formulação, comum tanto para a *Begriffsgeschichte*, quanto para a *Social History*, diz respeito a perspectiva do seu aspecto temporal. Nessa concepção, também esquemática, os conceitos sociais e políticos podem ser classificados em três grupos. No primeiro desses grupos estão localizados os conceitos tradicionais, cujo os significados, pelo menos em parte, persistem atemporalmente, retendo certa validade empírica, mesmo em condições modernas. No segundo grupo estão os conceitos que apresentaram uma mudança radical em seus conteúdos, e que, a despeito da permanência da mesma palavra, os seus significados não podem ser comparados. E o terceiro e último desses grupos está destinado aos neologismos, que buscam despertar novidade em determinadas circunstâncias.

Tendo decorrido sobre essas questões, fica claro a impossibilidade epistemológica da pesquisa histórica tomando como base conceitos isolados de seus contextos de construção e utilização, ou, em outras palavras, considerar apenas o problema da correlação entre o conceito e um panorama linguístico mais amplo, já que esse tipo de pesquisa tende a conduzir o investigador sempre ao equívoco, visto que “os significados de um conceito e suas mudanças seriam inapreensíveis se não inscritos em um contexto mais abrangente, seja a totalidade de um texto, uma série de textos, etc.” (Jasmin, Feres, 2006: 24). Dito de outra maneira, não podemos remover um conceito de seu contexto de utilização e, tampouco, isolá-lo do texto do qual faz parte e utilizá-lo para uma finalidade que não corresponde a originalmente designada.

Cabe chamar a atenção aqui para outro cuidado que o pesquisador deve tomar ao abordar conceitos de obras de um mesmo autor escritas em épocas e contextos diferentes, pois com o amadurecimento intelectual, ou, com o desencadeamento de eventos históricos chave, este teórico pode tomar novas estratégias de pesquisa, gerando novos posicionamentos, fazendo com que passe a abordar de maneira diferente o mesmo objeto, o que pode acarretar em problemas no resultado da pesquisa.

Para exemplificar de maneira sucinta essa questão, trago rapidamente o caso do próprio filósofo que será abordado em seguida neste artigo, György Lukács. Lukács, em sua obra *A teoria do romance*, de 1916, escrita no período da primeira grande guerra, propõe uma análise da narrativa romanesca por meio da ciência do espírito, estando o autor naquela época metodologicamente situado em uma espécie de transição de Kant para Hegel, e isso explica-se porque, naquele momento, como ele mesmo esclarece, “baseava-se essencialmente nas impressões que [...] causaram na juventude os trabalhos de Dilthey, Simmel e Max Weber.” (Lukács, 2009: 9). Posteriormente, em sua obra *O romance histórico*, de 1937, produzida no período obscuro de acessão do fascismo e do nazismo, as vésperas do início da segunda guerra mundial na Europa, o autor, como bem será explorado nas páginas a seguir, altera o seu viés sobre o mesmo objeto, a narrativa literária, passando a ter um olhar significativamente diferente, com uma perspectiva essencialmente marxista e expectativa da utilização da literatura de forma mais efetiva para fins propriamente políticos.

Dessa forma, sem mais delongas, tendo introduzido de maneira rápida alguns problemas abordados pela *Begriffsgeschichte*, buscarei aplicá-la ao abordar a trajetória de dois dos principais conceitos trabalhados por György Lukács em sua teoria do romance histórico, que são “ideologia” e “revolução”, mesmo que nem sempre eles se apresentem de maneira explícita. Mas antes disso, para situar melhor o leitor, buscarei explicar um breve panorama sobre tal teoria.

A teoria do romance histórico de György Lukács

A teoria do romance histórico, elaborada pelo filósofo húngaro György Lukács, foi escrita predominantemente em Moscou, entre os anos de 1936 e 1937, sendo publicada inicialmente em fragmentos na revista russa *Literaturni Kritik*, e por completa em seu livro chamado *O romance histórico*, em 1937.

Lukács escreve a sua teoria em um tempo amargo, sobretudo, pela expansão do nazismo, início do que viria a ser a Segunda Guerra Mundial, e consolidação do stalinismo, porém, também nessa época, há a formação da

Frente Popular Antifascista. No início da década de 1930, o filósofo húngaro mostra-se bastante esperançoso com o socialismo, sustentando que apesar do prenúncio de problemas, o stalinismo poderia representar uma forte potência anti-hitleriana, toda via, após alguns acontecimentos, passa a ter uma avaliação ambígua do stalinismo, ora encoberta por uma crítica discreta, ora abafada por opiniões laudatórias.

Dentro do contexto social e político de sua época, Lukács passa a estudar o romance histórico de modo materialista, a partir de uma visão de cunho ideológico, analisando-o enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder” (Bordini, 2003: 110). O autor investiga a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento” (Lukács, 2011: 29), priorizando o tempo que muda, ao invés do tempo que passa. Dessa maneira, o foco principal são as transformações e rupturas, ou, em outras palavras, as revoluções, as quais terão como efeito imediato a condução das massas ao “sentido histórico”, o que também constitui um elemento revolucionário. Esse gênero de romance ainda “caracteriza-se por revelar forças sociais em disputa. Sua perspectiva adequada é a do cotidiano da vida prática, do flagrante de forças encarnadas em indivíduos representativos das camadas médias da população.” (Santos, 2011: 283).

O surgimento do romance histórico está ligado a uma nova tendência literária, reflexo direto dos estudos históricos pós-1848, quando historiadores e sociólogos buscavam entender os novos conflitos, dando início a uma revisão no modo de “fazer história”, em que se deixa de acreditar no progresso da sociedade e passa-se a compreendê-la através da

valorização de uma substância eterna, de uma essência da natureza humana imutável, cuja organização social toma uma forma diferente em cada período da história, mas que isso não é resultado de um processo histórico ou de um progresso das ideias humanas em seu campo social. (Romani, 2015: 6).

Grande parte dos escritores que se propuseram a escrever esse tipo de romance eram adeptos dos ideais da revolução de 1848. Mas com a derrota

desse movimento, passaram a utilizar esse gênero literário “como instrumento de denúncia da mesquinharia burguesa” (Romani, 2015: 6).

O principal objetivo do romance histórico é demonstrar aos leitores que os destinos individuais estão diretamente conectados com o coletivo, possibilitando dessa maneira uma nova compreensão da história nacional e suas correlações com a história universal.

O filósofo húngaro espera também que no romance histórico o romancista consiga um deslocamento de sua época para o período que está sendo representado, a fim não apenas de evitar anacronismos, mas também de chegar a fundo à sua verdadeira natureza. Lukács deixava igualmente claro duas exigências, as quais deveriam ser seguidas pelos escritores romanescos que almejassem esse gênero literário.

A primeira dessas exigências é restabelecer a singularidade histórica de uma determinada época, para que dessa maneira se possa chegar à segunda exigência, a “verdade histórica”, que será obtida através das atuações das personagens. Esta deverá apresentar de forma explícita os costumes, hábitos, valores e as peculiaridades de uma determinada época por meio de seus comportamentos, mas sem deixar de lado a naturalidade.

Foi na virada do século XVIII para o XIX que Lukács constata o surgimento do que passou a chamar de “sentido histórico”, pois segundo ele foi nesse momento que se criaram “as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos” (Lukács, 1996: 22). Foi nesse período também que o autor verificou que a adoção de ideais revolucionários começou a fazer parte de uma realidade mais ampla, de um sentimento relativo à coletividade, ou seja, de sentimentos e experiências que antes eram exclusivos de um pequeno grupo de indivíduos, os quais em sua maioria eram impulsionados pelo espírito aventureiro. Nesse momento, esses sentimentos passaram a ser experimentados pela grande massa, fazendo com que surgisse a partir deles um sentimento nacional, ou, ainda, nas palavras de Lukács, “quando uma

revolução burguesa é levada seriamente até o final, forma parte essencial dela o fato de que a ideia nacional se converta em patrimônio das grandes massas” (1996: 22).

Não apenas esse sentimento foi necessário para o surgimento do romance histórico, na medida em que este não poderá existir sem que introduza nas pessoas certa sensibilidade para a história, é preciso mais do que isso. É necessário que a história torne-se uma experiência real, que possa ser vivida tanto pelos intelectuais e aristocratas como pela grande massa. Esse fenômeno é resultado direto – e sem a qual não seria possível – da Revolução Francesa, que desencadeou diversos outros acontecimentos em um espaço de tempo de 25 anos, entre a queda da Bastilha, em 1789, e a rendição de Napoleão, em 1814, um período de tempo que não compreendeu mais do que uma geração.

E são precisamente nos acontecimentos ocorridos nesse período na França, que Lukács utiliza para se referir ao despertar do sentimento nacional da massa, e concomitantemente da compreensão da história nacional, visto que eles provocaram “uma onda de sentimentos nacionais, de oposição nacional contra as conquistas de Napoleão, em suma: uma onda de entusiasmo pela autonomia nacional” (Lukács, 1996: 23). Foi também por meio desses episódios que o autor encontra o ponto essencial de sua análise, na medida em que foi ali que as pessoas tomaram na coletividade a consciência de suas condições econômicas, para a partir dessas reflexões assumirem as diferenças sociais, o que veio posteriormente a resultar nos movimentos de luta de classes.

Foi nas obras do escritor escocês Walter Scott que Lukács encontrou pela primeira vez concretizada a base de sua teoria, já que, para ele, lá estariam os elementos necessários para a construção do romance histórico, uma vez que nas obras de todos os escritores anteriores a Scott faltou o “elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (Lukács, 2011: 33).

O primeiro item que se deve buscar quando se propõe a escrever o romance histórico, segundo Lukács, faz referência aos tipos de personagens.

O herói, por exemplo, jamais será posto em um patamar acima do que ele realmente pertence, ou seja, não possui “elevações” significativas no decorrer da obra. Ele será o representante do povo, uma pessoa normal, que apenas se tornará o herói da trama pela situação do momento que assim exigir, visto que sem essas condições ele continuaria a ser uma pessoa “comum” da sociedade. A ele caberá também o papel secundário no acontecimento histórico, mas sua importância não diminuirá por conta desse fator, visto que a sua presença é fundamental para o desenvolvimento do enredo. Além disso, esse personagem será o verdadeiro representante da crise histórica representada na obra e sobre ele deve incidir a imagem sintetizada das peculiaridades da época em que a trama ocorre e seus resultados.

Seguindo ainda nessa mesma concepção, fica claro que no romance histórico lukacsiano não teremos como personagens principais as grandes lideranças históricas, estando estas condicionadas a um papel secundário no transcorrer da obra, visto que

o romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes [...] ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance. (Lukács, 2011: 159).

Na compreensão de Lukács, o papel fundamental do romance histórico é situar o leitor num tempo passado, ajudando-o a compreender os acontecimentos ocorridos, valorizando o modo com que se dá a representação do período histórico. É importante que a obra apresente a conjuntura e o entrelaçamento da crise sobre os destinos pessoais das personagens, não podendo de forma alguma essa ser representada de maneira abstrata. A crise não poderá ser tratada como uma catástrofe isolada, mas, sim, como uma cadeia de catástrofes, a partir das quais será gerada uma colisão profunda na vida pessoal das personagens. Isto é, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa

trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (Jameson, 2007: 192).

Walter Scott consegue preencher os requisitos necessários desse gênero literário em suas obras e vai além, pois cria “seus heróis históricos de tal maneira, que determinados traços individuais e específicos de seu caráter se combinem de forma complexa e vívida com a época em que vivem, com a corrente que representam e que se empenham por guiar até a vitória ou o fracasso da luta” (Lukács, 1996: 51).

Cabe atentar também que não foi

a capacidade imaginativa de Scott *per se* que o fez ser um dos grandes nomes do romance histórico, mas sim sua capacidade de, no diálogo com a realidade histórica que o cercava – e nesse sentido o estruturava enquanto consciência –, retratar na totalidade a experiência sócio-histórica de seu tempo. (Kölln, 2012: 182).

Se para Lukács o romance histórico surge com Walter Scott e, posteriormente, aperfeiçoa-se com Manzoni, com Leon Tolstói esse gênero de romance chega ao seu ápice, na medida em que

Guerra e paz é a moderna epopeia da vida popular, e de um modo ainda mais decisivo que em Scott ou Manzoni. A descrição da vida do povo é ainda mais ampla, colorida e rica em figuras humanas. É mais consciente a ênfase na vida popular como o verdadeiro fundamento do processo histórico. (Lukács, 1996: 100).

É grande o apreço de Lukács por esta obra específica de Tolstói, já que, de acordo com os seus critérios, ela pode ser identificada como um caso bem resolvido de romance histórico, porque o autor soube escolher um período representativo da história, traduzindo-o de maneira fiel, com todos os seus conflitos. Além das tensões de caráter econômico e político, também estão presentes nele as crises amorosas, familiares e domésticas. Tolstói também teria acertado na escolha das personagens triviais, fazendo com que não transpareçam nelas nenhum tipo de elevação espiritual e nem grandes atos heroicos.

Em *Guerra e paz* as grandes figuras históricas também são apresentadas de forma secundária, porém de maneira humanizada, sem deixar de lado a

grandeza de seus cargos. Nesse romance pode-se encontrar um realismo visceral e bem acabado, o que faz dessa obra o “ponto alto de toda a história do romance histórico” (Lukács, 1996: 99), um modelo a ser seguido por romancistas que ainda hoje almejam escrever esse tipo de narrativa nesses moldes.

O modelo de romance histórico lukacsiano dominou maciçamente sobre todas as demais narrativas ocidentais desde o seu surgimento, no século XIX, até o início do século XX, e ainda hoje é preferido por alguns escritores, apesar de haver diferentes subgêneros do romance histórico em todo o mundo.

A trajetória do conceito de ideologia

Para abordar de maneira correta o conceito de ideologia empregado por György Lukács, em sua obra *O romance histórico*, faz-se necessário traçar sua trajetória desde seu surgimento, na França, no ano de 1796. Foi nesse momento turbulento da história francesa, na virada do século XVIII para XIX, que o filósofo Destutt de Tracy procura criar uma nova ciência, a qual se deteria em estudar os sistemas de ideias e sensações. O seu intuito inicial, para tal ciência, era examinar como as ideias eram geradas, combinadas, incorporadas e as consequências sociais e políticas que as mesmas carregavam consigo. O filósofo francês argumentava que, como explica Thompson em *Ideologia e cultura moderna*, não seria possível “conhecer as coisas em si mesmas, mas apenas as ideias formadas pelas sensações que temos delas”, dessa forma, “se pudéssemos analisar essas ideias e sensações de uma maneira sistemática, poderíamos garantir uma base segura para todo o conhecimento científico e tirar conclusões de cunho mais prático.” (1995: 45).

Sendo assim, a recém-criada área do conhecimento, para de Tracy, deveria tornar-se a “ciência primordial”, visto que, para o autor, todo o conhecimento científico produzido implica na combinação de ideias, logo, a Ideologia estaria incumbida de ser a base para todas as outras ciências construírem o seu conhecimento. E indo além, o filósofo francês argumentava

ainda que a Ideologia serviria também como ferramenta reguladora da sociedade, através da qual o ser humano encontraria auxílio para proporcionar à sua existência o menor desprazer possível, já que por meio da cuidadosa análise das ideias seria viável compreender a natureza humana, possibilitando dessa forma a reestruturação da ordem política e social conforme as suas principais necessidades.

De Tracy, assim como seus companheiros do *Instituto Nacional*, estavam profundamente ligados ao republicanismo, e partilhavam da concepção de Condorcet, tanto da crença do perfeccionismo dos seres humanos por meio da educação, quanto dos métodos empregados por este para analisar as ideias e as sensações. Por possuírem abertamente tal posicionamento político, o destino de de Tracy e de seus companheiros, bem como de suas respectivas doutrinas, estavam diretamente ligadas ao destino da Revolução Francesa.

Dessa forma, mesmo Napoleão, após o golpe em 1799, ter apoiado algumas ideias de de Tracy e de seus companheiros na elaboração da nova constituição francesa, recompensando alguns com posições politicamente vantajosas, com o passar do tempo começa a desconfiar dos mesmos e de suas convicções republicanas, percebendo nelas uma potencial ameaça as suas ambições autocráticas, passando dessa forma a menosprezar e ridicularizar as pretensões da Ideologia, taxando-a de abstrata e especulativa, distante do poder político real.

Tal oposição de Napoleão a de Tracy e seus companheiros cresce à medida em que seu império começa a ruir e a opinião pública passa a questionar amplamente o seu regime. Dessa maneira, o imperador acudado e em declínio começa a taxa-los, como cita Kennedy (1978: 81), de "ideólogos" e de "facção metafísica", encontrando neles o bode expiatório que precisava para os sucessivos fracassos de seu governo, acusando-os de terem interpretado mal a Revolução, e que a partir disso, estavam conspirando contra ela e o novo regime, subvertendo o Estado, a ordem, e o poder da lei.

O clima de hostilidade só aumentou após a campanha desastrosa de Napoleão na Rússia. Ao dirigir-se ao Conselho de Estado, em dezembro de

1812, o então líder da França expõe que deve-se “colocar a culpa dos males que a nossa França sofreu na ideologia, a metafísica obscura que procura, sutilmente, pelas últimas causas, onde se deve colocar a legislação dos povos, em vez de fazer uso das leis conhecidas do coração humano, e das lições da história” (Bonaparte, 1978: 215).

Dentro dessa conjuntura, os ataques de Napoleão a “ciência” de de Tracy passaram a ocorrer com cada vez mais frequência, aproximando da Ideologia praticamente todos os tipos de pensamento, desde os de cunho político, até os de religioso, para a partir disso denegri-la e desacreditá-la como ciência. Dessa forma, o termo tornou-se também uma arma nas mãos de Napoleão, na qual buscava destruir seus oponentes e sustentar o seu regime.

Mesmo com a renúncia de Napoleão, em abril de 1814, e o restabelecimento do poder nas mãos da dinastia dos Bourbon, aliado a volta de de Tracy a uma posição de influência no campo político, não foram suficientes para a Ideologia, pois a sua ciência das ideias já havia se deteriorado pelos conflitos do período napoleônico, tornando-se assim uma teoria associada diretamente ao republicanismo, estagnada basicamente no campo político.

Dentro desse contexto, a partir dos embates entre Napoleão e os filósofos, o significado de Ideologia mudou significativamente em sua essência. O que foi criado para ser uma ciência das ideias, detentora de uma teoria sistêmica do surgimento, cruzamento e divulgação das ideias, com a pretensão de ser a base de todo o conhecimento científico produzido e que facilitaria a regulação da sociedade, passa a ser referenciada diretamente às próprias ideias. Ou, nas palavras de Thompson, o que era para ter sido uma “ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito”, sendo jogada contra os filósofos por um imperador decadente e ameaçado, passa a ser concebida “como ideias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo.” (Thompson, 1995: 48). Portanto, a Ideologia concebida por de Tracy como ciência deixou de existir, teve seu dissolvimento e esvaziamento de significado, passando então a ser compreendida, por fim, como um

conceito. Dito isso, passo agora à próxima etapa da análise desse conceito, que é a sua utilização em um outro contexto, para uma finalidade da qual não foi concebido originalmente.

Evidentemente que, ao explorar o conceito de ideologia, não podemos deixar de lado os estudos realizados por Karl Marx e Friedrich Engels em *A ideologia alemã*. Tais considerações, sem dúvida, passaram a ocupar um lugar central na abordagem do conceito e são aplicadas até hoje, apesar dos filósofos alemães o terem tratado de maneira não tão clara e ambígua, gerando exaustivos debates entre seus seguidores. Da análise de Marx e Engels sobre o conceito de ideologia, como bem explica Thompson (1995), temos três diferentes concepções: a concepção polêmica, a concepção epifenomênica, e a concepção latente.

A primeira delas, a chamada concepção polêmica, concebe a ideologia de forma negativa, conotando-a como algo errôneo, que tem como pretensão enganar e ludibriar. Marx estava a par dos trabalhos dos ideólogos franceses e do embate travado entre Napoleão e eles, e durante seu exílio em Paris, entre os anos de 1844 e 1845, leu e destacou parte do trabalho de De Tracy, utilizando-o do mesmo modo com que fez Napoleão, como arma de oposição aos seus adversários. Tal como o imperador francês fez uso do conceito de ideologia para atacar de Tracy e seus companheiros, Marx utiliza do conceito para afrontar os jovens hegelianos, argumentando que seus trabalhos não condiziam com a realidade, e que, nas condições retrógradas da Alemanha do começo do século XIX, equivaleriam aos de de Tracy e seus companheiros na França napoleônica.

Na obra *A ideologia alemã*, Marx e Engels acusam os jovens hegelianos de possuírem visões “ideológicas”, no sentido de valorizar excessivamente as ideias, tanto no contexto social político, quanto no histórico, uma vez que os mesmo declaram que “as representações, os pensamentos, os conceitos – em uma palavra, a produção da consciência transformada por eles em autônoma – são considerados os verdadeiros grilhões da humanidade” (Engels; Marx, 2007: 43), cabendo aos jovens hegelianos apenas lutar contra “fraseologias”. Porém, como Marx e Engels argumentam, “esquecem que

opõem a essas fraseologias nada mais que outras fraseologias e que, ao combaterem as fraseologias desse mundo, não combatem de forma alguma o mundo real existente.” (2007: 43). Isto é, Marx e Engels acusam os jovens hegelianos de oporem ideias à ideias, e dessa forma, deixarem o mundo real sem modificação alguma. Sendo assim, a ideologia, nesse contexto, compreende uma doutrina puramente teórica, uma atividade que olha de forma errônea as ideias, como se as mesmas, por si só, fossem autônomas e eficazes, não sendo capazes de perceber as particularidades reais e as conjunturas sócio-históricas de determinada sociedade.

A segunda delas, a chamada concepção epifenomênica, compreende a ideologia como algo oriundo e vinculado diretamente às condições econômicas, às relações entre classes e às relações de produção de classe, possuindo, no campo referencial teórico de Marx, um papel sistemático, a medida em que para esse autor “as ideias [*gedanken*] da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes; ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo a sua força espiritual dominante”, uma vez que “a classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também dos meios de produção espiritual, o que faz com que sejam a ela submetidas, ao mesmo tempo, as ideias daqueles que não possuem os meios de produção espiritual.” (Engels; Marx, 2007: 78).

Nessa perspectiva, a ideologia “é um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante, mas que representa relações de classe de uma forma ilusória.” (Thompson, 1995: 54), a medida em que as ideias que irão compô-la fazem parte, dentro de determinado contexto histórico específico, do leque de aparatos utilizados por essa classe para atingir seus objetivos sociais e políticos. Ainda conforme essa concepção, é possível a classe dominante manter a sua posição privilegiada de dominação, à medida em que há a falsa percepção de que seus interesses fazem parte de interesses comum da sociedade, quando, na verdade, o que ocorre é justamente o oposto, já que esse conjunto de ideias irão favorecer, quase que exclusivamente, aos seus interesses, uma vez que elas são o seu ideal de relações materiais, ou, de maneira sucinta, são as ideias de sua dominação.

Além disso, temos subjacentes, ainda dentro da concepção epifenomênica de ideologia, segundo Thompson (1995), três pressupostos. O primeiro desses pressupostos concebe que as condições econômicas de produção possuem papel central e determinante no processo de mudança sócio-histórico, e por esse motivo, elas devem ser tidas como o meio mais importante para elucidar tais mudanças. O segundo pressuposto compreende que as formas ideológicas de consciência não devem ser analisadas da maneira como se apresentam, mas sim por meio das condições econômicas de produção, através das quais é possível elucidá-las e demonstrar que são ilusórias e sem justificativa racional. O terceiro e último pressuposto constata que, tendo em mente que pela primeira vez na história a classe subordinada é capaz de perceber sua posição de explorada e a sua potencialidade em um processo histórico mais abrangente, esta poderá se constituir em uma classe revolucionária, não apenas capaz de se tornar a nova classe dominante, mas eliminar totalmente as classes, uma vez que o proletariado detém o interesse universal da humanidade.

A terceira e última dessas concepções, a chamada concepção latente de ideologia, diferencia-se das anteriores pelo fato de surtir um efeito temporal reverso nos indivíduos, que ao invés de organizar-se e guiar-se para um determinado futuro por meio de lutas sociais, passam a "sentir saudades" de um passado inexistente, incoeso, e imaginário, apaziguando-os em suas condições atuais de submissão. Essa concepção recebeu esse nome pelo fato de Marx e Engels não expô-la pelo termo ideologia, mas sim referenciá-la subentendidamente como "ilusões" e "ideias fixas" que circulam entre o povo e estimulam as suas superstições e seus cismas.

Por esse motivo, essa concepção acerca da ideologia é especulativa, e só pode ser explicada, como sugere Thompson (1995: 58), sob o reconhecimento de que o conceito de ideologia está sendo estendido a um conjunto de fenômenos sociais aos quais Marx descreveu de maneira clara e perceptível em suas análises concretas, mas ao nível da teoria, não os rotulou de modo conceitualmente claro. Em última análise, seguindo essa ideia de Thompson, essa concepção de ideologia, de maneira mais geral, pode ser entendida como "um sistema de representações que servem para sustentar

relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideias que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva a mudança social.” (1995: 58).

A trajetória do conceito de revolução

Sem dúvida alguma a palavra revolução é uma das mais utilizadas no vocabulário social e político moderno, justamente por tratar-se de uma expressão que é empregada nos discursos de maneira enfática. O problema desse conceito reside justamente aí, em seu amplo campo semântico, o qual produz, por sua diversidade de significados, grande imprecisão conceitual, direcionando a palavra quase ao status de clichê, porém, não há dúvidas que o uso e a dimensão do termo são, do ponto de vista linguístico, variáveis. Logo, o conteúdo semântico presente em “revolução” não pode ser reduzido ao emprego de lugar-comum, uma vez que esse conceito “alude muito mais a desordem, golpe ou guerra civil, assim como uma transformação de longo prazo, ou seja, a eventos e estruturas que atingem profundamente o nosso cotidiano.” (Koselleck, 2011: 61). Sendo assim, seu caráter ubíquo, como lugar comum, está intimamente ligado ao seu sentido pontual, altamente concreto. Dito de outra maneira, o conteúdo semântico do termo “revolução” não é unívoco, justamente por compreender em si desde movimentos belicosos sangrentos, até descobertas inovadoras e decisivas no campo das ciências, podendo significar tudo ao mesmo tempo, ou apenas um desses sentidos.

O conceito de revolução pode ser definido, de modo efetivo, na forma de um conceito geral, porém, sofre drásticas variações de entendimento de um local para o outro, de um período para o outro, ou de uma situação para a outra. Nesse sentido, Koselleck explica que “é quase como se no interior da palavra revolução habitasse uma força revolucionária capaz de conter em si o mundo todo.” (2011, p. 62). Dessa maneira, pode-se concluir que há uma espécie de “arqui-semema” política, que passa a reproduzir continuamente em cada uma de suas ocorrências, da mesma maneira em que conduz à sua própria modificação em dada situação que ocorre, tudo isso graças as suas possibilidades semânticas flexíveis.

Koselleck explica ainda que “o conceito de revolução é um produto linguístico de nossa modernidade” (Koselleck, 2011: 61), e não é à toa, pois se podemos compreender a chamada idade moderna, a qual pertencemos, como a era das revoluções, é porque essa denominação carregam consigo a marca da experiência imediata, e isso fica claro quando analisa-se o vocabulário da historiografia do decorrer do século XIX, onde é comum encontrar referências à “revolução técnica”, à “revolução industrial”, à “revolução política” e à “revolução social”.

Mas antes disso, retornando mais ao passado, o conceito de revolução possuía um outro significado. Foi um erudito francês, de nome Haréau, em 1842, que buscou traçar, na *Encyclopédie du Langage et de la Science politique*, a origem e a trajetória desse conceito. O termo “revolução”, em seu uso latino, fazia referência a um retorno, uma mudança de trajetória que trazia de volta ao ponto de partida. Isso se confirma ao analisarmos a etimologia da palavra revolução, do latim, *revolutio*. A sílaba “re” corresponde à condição de retorno, de repetição. Haréau explicou que “no âmbito político, esse movimento circular fora entendido como o círculo das constituições, segundo a doutrina de Aristóteles ou de Políbio e seus seguidores, mas desde 1789, pela influência de Condorcet, não se podia mais compreendê-lo desse modo.” (Koselleck, 2011: 63). De acordo com essa doutrina antiga, havia um processo cíclico de alternância dentre um número limitado de formas constitucionais que existiam no período, passando, no decorrer do tempo, umas substituírem as outras, mas nunca ultrapassando ou superando essas formas. Para elucidar tal teoria, Haréau (1868) busca em Louis Leroy a exemplificação necessária. Leroy argumentava que, a primeira forma de governo era o regime monárquico, o qual se transmuta em tirania, sendo assim derrubado pela aristocracia. Essa aristocracia se transforma em uma oligarquia, e é em seguida derrubada, dando espaço para a democracia, a qual se degenera e dá espaço a uma oclocracia, ponto em que, na realidade, ninguém mais governa, abrindo então espaço novamente para a dominação de um único indivíduo, fazendo com que o ciclo se reinicie novamente.

Essa concepção de revolução, baseada no movimento circular, também foi empregada fora do âmbito político, como, por exemplo, nas ciências

naturais, quando Copérnico surgiu com a sua obra pioneira acerca do movimento circular dos corpos celestes, intitulada *De revolutionibus orbium coelestium* [*Sobre as revoluções dos orbes celestes*], onde demonstrava que as revoluções – movimentos – dos astros ocorriam de maneira independente sobre as cabeças dos envolvidos, com cada astro preso às suas próprias leis, influenciando de maneira efetiva os habitantes da Terra. Dessa maneira, identicamente ocorria no âmbito político, pois as revoluções igualmente ocorriam sobre as cabeças dos habitantes, os quais ficavam presos às suas leis, compreendendo-se assim também o conceito de revolução como físico-político.

Importante frisar que, embora muito próximos durante a idade média, o conceito de revolução se distancia do conceito de guerra civil, já que esse último carregava consigo uma concepção negativa, ilegítima, associado, sobretudo, a uma conjuntura de eventos sangrentos ligados à disputa de famílias inimigas ou à luta fanática das guerras religiosas. Esse antigo modelo de guerra civil permaneceu como “uma guerra de cidadãos que se reconheciam segundo uma hierarquia estamental, de fato, uma *bellum civile*, ainda que as camadas mais baixas da população se tenham envolvido no movimento.” (Koselleck, 2011: 66). Interessante atentar para um o fato diferenciado que ocorreu com o caso da Guerra dos Camponeses alemã. Esse conflito acabou por se constituir em um análogo ao conceito de “guerra civil”, uma vez que depois de 1789 passou ser estilizada como revolução.

O conceito de revolução, após os acontecimentos de 1789, torna-se meta-histórico, cristalizando-se como um coletivo singular, concentrando em si todas as trajetórias das revoluções, passando a ter por objetivo ordenar de modo histórico todas as experiências de convulsão social, separando-se, dessa forma, totalmente de sua origem natural. A partir daí, várias são as camadas que tentam se apropriar do conceito, inclusive o Estado. Um exemplo disso, citado por Koselleck (2011: 70) é o processo de tradução, por volta dos anos de 1800, do *Dicionário da Academia Francesa* para o idioma alemão do neologismo “*contre-révolutionnaire*”. Ao invés de contrarrevolucionário, a palavra foi traduzida como “inimigo do estado” [*Staatsfeind*], deixando claro que todo aquele que respeita o Estado é

considerado um "revolucionário", sendo isso ainda recorrente dos ecos da Revolução Francesa.

Mas um dos pontos mais importantes da compreensão do conceito moderno de revolução está na ideia da passagem da revolução política à uma revolução social. Sabemos que todas as desordens políticas carregam consigo momentos de instabilidade social, porém, surge a inédita ideia de que o objetivo por trás de uma revolução política pode estar na emancipação de todos os homens, assim como na respectiva transformação da estrutura social. Sendo assim, surge pela primeira vez uma coincidência e interdependência entre as revoluções políticas e as revoluções sociais. Nesse sentido, nas palavras de Koselleck, "todas as variações modernas do termo "revolução" pretenderam, do ponto de vista geográfico, uma revolução universal e, do ponto de vista temporal, uma revolução permanente, até que seus objetivos fossem cumpridos." (2011: 72).

Conclusão

Ao abordarmos por meio das intencionalidades o conceito de ideologia presente na teoria do romance histórico, de György Lukács, podemos notar que o filósofo húngaro concebe-o por meio de sua concepção marxista neutra, a qual é resultado da generalização implícita do que Thompson (1995) chamou de concepção epifenomênica. Nessa perspectiva, István Mészáros fala do poder da ideologia "para combater o adversário com eficácia nos relevantes planos da vida social e intelectual." (Mészáros: 306). Para esse mesmo autor, discípulo direto de Lukács, a reestruturação radical da sociedade através de um evento repentino e irreversível, como creem fervorosamente os marxistas ortodoxos, é vista de maneira inconcebível. Dessa forma, tal evento deve ser encarado como um processo auto-renovador e contínuo, que precisa ser sustentado em relação a adversários ideológicos bem estabelecidos. Isto posto, na falta de uma solução irreversível para tal evento, pode-se "apenas manipular, 'pouco a pouco', as contradições socioeconômicas em questão e suas manifestações ideológicas, adiando temporariamente a erupção da crise iminente" (Mészáros, 2004: 307), sem, por isso, deixar de lado a revolução em si.

Sendo assim, o conceito de ideologia possui um papel chave dentro do romance histórico lukacsiano, já que por intermédio de suas intencionalidades, o proletariado toma consciência dos conflitos de estrutura por meio de sua perspectiva historicizante. Reforçando essa ideia, Gramsci, que também compactuava de uma visão próxima a de Lukács, afirma que “os homens tornam-se conscientes (do conflito entre as forças materiais de produção) sobre o terreno ideológico das formas” (1981: 58), e destas, dentre as destacadas pelo filósofo italiano, está a artística, a qual pode ser utilizada de maneira efetiva para a concretização desse processo de percepção das forças presentes nesse conflito.

No que se tange o conceito de revolução, segundo a compreensão de Lukács, não resta dúvida de que diz respeito a sua concepção moderna, uma vez que segundo esse entendimento, por um ponto de vista social, a revolução é capaz de desfazer as velhas sociedades e dissolver as suas estruturas, derrubando, assim, o velho poder de forma definitiva, e, de um ponto de vista político, ser ao mesmo tempo uma revolução universal, permanente e irreversível. Dessa maneira, seria o socialismo essa “declaração de permanência da revolução” (Koselleck, 2011: 74), até chegar, finalmente, em seu estágio final, com o desaparecimento do Estado e o estabelecimento de uma sociedade comunista.

Confirmando essa perspectiva, Lukács acredita que o romance histórico proporciona a “contemplação da experiência e a produção de sentido” (Lukács, 2011: 19), construindo uma história do passado, revelando fatos e contextos novos, servindo a necessidade de revolucionar uma sociedade “irracional” e criar uma sociedade racional por meio da consciência progressiva de caráter histórico e da vivência da história pelas massas, as quais desenvolverão “juízo crítico sobre as condições econômicas e as lutas de classe.” (Lukács, 2011: 41), criando, assim, um terreno fértil para uma revolução que seja, conforme seu conceito moderno, emancipadora da humanidade, em outras palavras, para Lukács, essa emancipação do homem virá por meio da abolição definitiva das classes.

Referências bibliográficas

BONAPARTE, Napoleão. Réponsé à adresse du conseil d'Etat. In: KENNEDY, Emmett. *A philosophe in the age of revolution, Destutt de Tracy and the origins of "ideology"*. Washington: American Philosophical Society, 1978.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. *A ideologia alemã: Feuerbach – A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

HAURÉAU, Jean-Barthélemy. Révolution. In: DUCLERC, Eugène; GARNIER-PAGÈS, Louis-Antoine. Dictionnaire politique (Org.). *Encyclopédie du Langage et de la Science politique*. 7a ed., Paris, 1868.

KENNEDY, Emmett. *A philosophe in the age of revolution, Destutt de Tracy and the origins of "ideology"*. Washington :American Philosophical Society, 1978.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, mar. 2007, n. 77, p.185-203.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JR, João (orgs). *História dos Conceitos: Debates e Perspectivas*. Rio de Janeiro, Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006. p. 9-37.

KÖLLN, Lucas André Berno. O romance histórico. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 179-184, 1. Semestre 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Trad. de Keith Tribe. London and Cambridge: MIT Press, 1985.

_____. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2011.

_____. Some Reflections on the Temporal Structure of Conceptual Change. In: MELCHING, Willem; VELEMA, Wyger. *Main Trends in Cultural History*. Amsterdam: Rodopi, 1994, p. 7-16.

LUKÁCS, György. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad., posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

_____. *Histoire et conscience de classe*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1960.

_____. *La novela histórica*. Trad. de Jasmin Reuter. Mexico: Ediciones Era, 1996.

_____. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. Trad. Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ROMANI, Carlo. *A teoria da História, o romance histórico e a crise do realismo burguês*. Disponível em: <http://docslide.com.br/education/a-teoria-da-historia-e-o-romance-historico-em-lukacs.html>. Acesso em: 04 nov. 2015.

SANTOS, Pedro Brum dos. Literatura e intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema, Vitória da Conquista*, Ano VII, n. 9, jan./jun. 2011, p. 283-303.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003, p.109-140.